



Interpeleção Escrita

A habitação social tem um papel importante para assegurar a habitação dos agregados familiares em situação vulnerável. A procura deste tipo de habitação por parte dos cidadãos é elevada, por isso, espero que o Governo acelere o ritmo de construção e aumente a oferta. A lei intitulada “Regime Jurídico da Habitação Social” foi aprovada pela Assembleia Legislativa em Agosto do ano passado, com vista a aperfeiçoar o respectivo regime e a garantir uma distribuição e utilização racionais deste tipo de habitação, bem como a concretizar o mecanismo de candidatura de natureza permanente à habitação social.

No entanto, segundo algumas opiniões da sociedade, os limites do total do rendimento mensal e do património líquido dos agregados familiares não são revistos periodicamente, por isso não acompanham o desenvolvimento social, levando com que as famílias das camadas de base sejam facilmente definidas como “famílias ricas”, o que, conseqüentemente, vai obrigar a saída destes. Além disso, comparando a revisão do total do rendimento mensal e do património líquido do agregado familiar de habitação social, que entrou em vigor em Outubro do ano passado, com a revisão anterior, que teve lugar em 2017, verificou-se um aumento de 1,4 por cento a 2,2 por cento, não conseguindo acompanhar a inflação do corrente ano, pelo que não são muitos os que vão beneficiar com esta revisão, dificultando a resolução do problema de habitação das famílias das camadas sociais mais baixas e da classe



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(Tradução)

média.

De acordo com os dados do Instituto de Habitação, existem actualmente 14 269 fracções de habitação social, das quais 2868 estão em construção e 330 estão a aguardar a atribuição, restando apenas 11 071 fracções; existem ainda 1198 fracções em obras de reparação de pintura, de substituição de portas e janelas, e de reparação dos equipamentos de fornecimento de electricidade e das instalações de drenagem de águas, constituindo 10 por cento das fracções. Isso demonstra que a qualidade das obras também é um dos assuntos importantes que o Governo tem de resolver.

Nestes termos, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. Com a aprovação na Assembleia Legislativa da proposta de lei intitulada “Regime jurídico da habitação social”, os respectivos regulamentos administrativos complementares devem ser aperfeiçoados no prazo de um ano, onde se inclui o conteúdo do contrato de arrendamento, as obras de construção e as obras de manutenção da habitação social, e o conteúdo do contrato de arrendamento de curto prazo, entre outros. Qual é o ponto de situação dos trabalhos de preparação dos respectivos regulamentos administrativos?
2. Segundo as opiniões da sociedade, os limites do total do rendimento mensal e do património líquido dos agregados familiares não são revistos

2/3

IE-2020-01-09 Si Ka Lon (P) LML-MMC



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

periodicamente, por isso não acompanham o desenvolvimento social. A fim de corresponder melhor às necessidades do desenvolvimento social, no futuro, esses limites vão ser revistos anualmente?

3. A questão da qualidade das habitações sociais tem sido alvo de críticas da sociedade. Qual é o tempo necessário para a reparação dos referidos 10 por cento das fracções? Qual o tempo de previsão para a sua conclusão? Por outro lado, a fim de prevenir problemas de qualidade nas habitações sociais que estiveram habitadas, o Governo deve proceder à sua reparação antes da entrada de outros residentes. O Governo vai fazer isto?

O Deputado à Assembleia Legislativa da
Região Administrativa Especial de Macau,

Si Ka Lon

9 de Janeiro de 2020